



Pode Stella do Patrocínio falar? Guerrilhas linguísticas no hospital (colônia) Juliano Moreira

*Can Stella do Patrocínio speak?
Linguistic disputes at the hospital Juliano Moreira*

*¿Puede hablar Stella do Patrocínio?
Guerrillas del lenguaje en el hospital (colonia) Juliano Moreira*

Natalia Estrope Beleze¹
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Flávia Fernandes de Carvalhaes²
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Dossiê

RESUMO

Em uma sociedade constituída pelo colonialismo euro-americano, sistemas de opressão heteronormativos e racistas interferem na produção científica e na delimitação de modos de existência que são considerados normais ou desviantes. Por meio dos pressupostos da pesquisa qualitativa e da análise documental, esta investigação problematiza imagens de controle presentes nos poemas presentes na obra “Reino dos bichos e dos animais é o meu nome” da poetiza Stella do Patrocínio, mulher negra e interna do hospital psiquiátrico Colônia Juliano Moreira. O plano de análise está dividido em dois momentos. Inicialmente, são analisadas imagens que se articulam ao dispositivo psiquiátrico da loucura. Em seguida, debate-se sobre perspectivas coloniais de gênero e raça que operam para reprodução de perspectivas estereotipadas e objetificantes de mulheres negras. Conclui-se, provisoriamente, destacando a importância do debate interseccional entre gênero e raça no contexto da saúde mental e sobre a importância da autonegação no processo de reforma psiquiátrica. Ressalta-se, ainda, a relevância da produção de saberes que se tecem em perspectivas inventivas, poéticas, comunitárias, radicalmente desobedientes.

Palavras-chave: Saúde Mental; Gênero; Raça; Arte; Desobediência.

ABSTRACT

In a society constituted by euro-american colonialism, heteronormative and racist systems of oppression interfere in scientific production and in the delimitation of modes of existence that are considered normal or deviant. Through the methods of qualitative research and documental analysis, this investigation problematizes images of control that appears in the poems of the work "Reino dos bichos e dos animais é o meu nome" by the poet Stella do Patrocínio, a black woman who was locked at the psychiatric hospital Colônia Juliano Moreira. The analysis plan is divided into two moments. Initially, images linked to the psychiatric device of madness are analyzed. Then, it discusses colonial perspectives of gender and race that operate to reproduce stereotyped and objectifying perspectives of black women. Concluding, provisionally, by highlighting the importance of the intersectional debate between gender and race in the context of mental health and the importance of self-nomination in the

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Iniciação científica no projeto de pesquisa “Entretons: gênero e modos de subjetivação”. <https://orcid.org/0000-0003-3858-1480>. Endereço eletrônico: nataliabeleze@gmail.com

² Escritora de cartas. Doutora e mestre em Psicologia. Docente dos programas de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Coordenadora do Projeto Entretons: gênero e modos de subjetivação. <https://orcid.org/0000-0003-1879-7989>. Endereço eletrônico: fcarvalhaes@uel.br



psychiatric reform process. Highlighting the relevance of knowledge production which are constructed in inventive, poetic, community and radically disobedient perspectives.

Keywords: Mental Health; Gender; Race; Art; Disobedience.

RESUMEN

En una sociedad constituida por el colonialismo euroamericano, los sistemas de opresión heteronormativos y racistas intervienen en la producción científica y en la delimitación de los modos de existencia que son considerados normales o desviados. A través de los presupuestos de la investigación cualitativa y de la análisis documental, esta investigación problematiza las imágenes de control presentes en los poemas de la obra "Reino dos bichos e dos animais é o meu nome" de la poetisa Stella do Patrocínio, negra y interna en el hospital psiquiátrico Colonia Juliano Moreira. El plan de análisis se divide en dos momentos. Inicialmente se analizan imágenes vinculadas al dispositivo psiquiátrico de la locura. En seguida, discute perspectivas coloniales del género y raza que operan para reproducir perspectivas estereotipadas y cosificantes de las mujeres negras. Concluimos, provisionalmente, destacando la importancia del debate interseccional entre género y raza en el contexto de la salud mental y la importancia de la autonominación en el proceso de reforma psiquiátrica. También se destaca la relevancia de la producción de saberes que se tejen en las perspectivas inventivas, poéticas, comunitarias y radicalmente desobedientes.

Palabras clave: Salud Mental; Género; Raza; Arte; Desobediencia.

Introdução

Neste artigo analisamos imagens de controle que circulam nas poesias de Stella³ do Patrocínio e que se encontram publicadas na obra "Reino dos bichos e dos animais é o meu nome". O livro que respalda a análise foi elaborado no ano de 2001, após a morte de Stella, por Viviane Mosé, a partir de um convite do Museu Nise da Silveira e por meio de gravações de suas falas e alguns dos seus escritos. Em diálogo com autoras que compõem os feminismos subalternos, problematizamos também modos de resistência (autodenominação) a estas prerrogativas.

Como mulher negra e interna do hospital psiquiátrico Colônia Juliano Moreira, Stella possui uma trajetória complexa, poética e crítica, sendo evidente também a insistência de vivências de dor e violência experimentadas em instituições tão fechadas e normatizadoras como os hospitais psiquiátricos (Rachel PASSOS; Melissa PEREIRA, 2017)⁴. Ainda assim, ela possuía um modo próprio de se fazer presente no mundo e de se expressar, sendo que sua fala era o que mais chamava a atenção, incisiva e desconcertante. Nasceu em 9 de janeiro de 1941 e, em 1962, aos 21 anos, foi internada no hospital Pedro II com o diagnóstico de

³ Escrevemos o nome de Stella com duas letras "L" por ser a forma correta de grafia, este fato foi confirmado após encontrarmos seu RG. Além disso, era a forma que ela própria o escrevia (Revista Cult, 2020). No seu livro e em outras fontes, porém, seu nome é grafado com apenas uma letra "L", escolhemos adotar a escrita com duas letras por ser a forma como Stella se referia a si.

⁴ Opto por escrever nome e sobrenome das/os autoras/es justamente para demarcar seu gênero, haja vista que, as normas de ABNT invisibilizam esta questão.

“personalidade psicopática somada à esquizofrenia hebefrênica, evoluindo sob reações psicóticas” (Viviane MOSÉ, 2001. p.21). Quatro anos depois foi transferida para o Hospital Colônia, onde ficou isolada por 30 anos até a sua morte, em 1992.

Stella gostava de leite condensado, óculos escuros e maços de cigarro, cuspiam os psicotrópicos e só era medicada quando ameaçava se jogar pela janela, nunca se casou e não teve filhos. A criticidade presente em sua fala no que tange a situação asilar é notável, tanto pelo registro documental de sua experiência, quanto pela sua própria potência em falar, de se fazer ouvida, em questionar os processos de institucionalização e a produção biomédica da loucura e os efeitos do machismo e racismo em sua história, como relata Viviane Mosé na apresentação do livro de Stella, ao afirmar que “ler e ouvir Stela é integrá-la no discurso que um dia a excluiu” (Viviane MOSÉ, 2001. p.43).

Há um número significativo de mulheres que, historicamente, foram internadas em hospitais psiquiátricos no Brasil. Para elucidar esta afirmativa, temos, como exemplo, o caso do Hospício São Pedro, que existiu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nos anos entre 1884 e 1923, podemos citar o crescente número de internas:

Até 1900, a média de participação das mulheres no total da população interna era de 40%; este percentual foi gradativamente aumentando – média de 45% entre os anos de 1907 e 1968 –, chegando a 50% em 1917. A partir de 1918, até 1922, o número total de mulheres internas superou o de homens, numa média de 53% para 47% de homens internos. Este crescimento parece ter se mantido constante, pois, apesar da ausência de dados sobre o crescimento da população interna no hospício para os anos de 1923 a 1926, os dados de 1927 confirmam o crescimento superior da população feminina: 53% do total de internos no HSP eram do sexo feminino, enquanto 47% eram do sexo masculino. (Yonissa WADI, 2006, p.3)

Tais dados se atualizam no Brasil ainda de maneira crescente. No ano de 2020, um artigo publicado pela Revista Enfermagem Atual *In Derme*, identificou que a população brasileira que mais sofre de transtornos mentais são as mulheres. Ainda sobre este cenário, Émilly Giacomelli Bragé (2020) analisa que essa prevalência chega a 54% em alguns centros urbanos, consistindo em índices significativos em um país que, historicamente, reproduz de modo acentuado desigualdades de gênero, raça e classe. Ou seja, é necessário também considerar o marcador de gênero como analisador no processo de produção de sofrimento psíquico, sendo que essa relação deve ser estendida, inclusive, na articulação de políticas



públicas coerentes, bem como nos discursos e práticas empreendidos em serviços de saúde (Mariana Pedrosa de Medeiros, 2016).

Apesar dessa evidência, constata-se a escassez de pesquisas sobre as experiências de mulheres institucionalizadas em hospitais psiquiátricos no Brasil. Nessa conjuntura, destaca-se, ainda, a invisibilidade maior de estudos sobre mulheres localizadas socialmente como subalternas, como, por exemplo, mulheres negras, tornando urgente a ampliação de debates que articulem luta antimanicomial e feminismos interseccionais, sobretudo feminismo negro (Rachel Passos; Melissa Pereira, 2017).

Logo, analisamos imagens de controle, assim como proposto por Patricia Hill Collins (2019), construídas acerca de mulheres negras e que compõem o dispositivo⁵ da loucura. Tais construções operam no sentido de reduzir e/ou anular suas complexidades humanas, nomeando-as desde representações estereotipadas e objetificantes, como selvagens, promíscuas, mercadorias, entre outros exemplos.

As imagens de controle se articulam como expressões de poder que operam na reprodução de ideologias e valores sociais acerca das mulheres negras (Patricia Hill COLLINS, 2019), pois as nomeiam (designam) desde preceitos coloniais racistas e sexistas. As imagens de controle como dispositivos de controle funcionam como um disfarce, operando de modo que o racismo, o sexismo e a pobreza, entre outros marcadores, pareçam naturais e inevitáveis. Para isso, o processo de objetificação é fundamental, haja vista que a dominação visa coisificar, ou seja, definir o outro como parte do grupo subordinado (Patricia Hill COLLINS, 2019).

Desse modo, ao objetificar mulheres negras, a lógica dominante circunscreve identidades, histórias e nomeia parte de suas relações (Patricia Hill COLLINS, 2019). Portanto, imagens de controle servem à manutenção de discursos falaciosos que mantêm relações de dominação classificatórias, binárias e hierarquizantes, em que, por exemplo, o branco é situado como superior ao negro, o homem à mulher, o heterossexual ao homossexual, e, no que tange ao dispositivo da loucura, o que é dito como “normal” está circunscrito acima do que é localizado socialmente como louco.

⁵ O dispositivo, para Foucault, consiste em um conjunto de discursos, instituições, organizações, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas e medidas administrativas. É o dito e o não dito, que se somam para produzir noções, tem, portanto, uma função estratégica dominante (Michel FOUCAULT, 2014).

Entretanto, partimos também da perspectiva de que mulheres negras têm capacidade de agência, ou seja, de se automear. Patricia Hill Collins (2019), ao escrever sobre o poder da autodefinição, explica que por trás das imagens de controle impostas a essas mulheres existem, há muito tempo, atos de resistência. A autora considera a existência de uma consciência coletiva e autodefinida dessas mulheres negras, sendo uma esfera de experimentação de liberdade e transcendência dos limites edificados nos regimes de enunciação e opressões.

Ressaltamos a importância do diálogo neste artigo, sobretudo, com autoras de referência dos feminismos subalternos, mais especificamente dos feminismos negros (Luciana BALLESTRIN, 2017). Assim, nos aproximamos da produção poética de uma mulher negra que esteve internada em um manicômio, instituição de segregação e violência, entendendo que nossas posições de privilégio como mulheres brancas (im)possibilitam parte do nosso entendimento e afetações da obra de Stella. Destacamos, ainda, que a análise se articula à noção de interseccionalidade, que, de acordo com Carla Akotirene (2019), visa propor instrumentalidade teórico-metodológica ao caráter estrutural e inseparável entre racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado. Noção fundamental que nos permite enxergar a interação simultânea desses dispositivos, a partir da adoção do hemisfério Sul como *locus* de opressões cruzadas.

Dado este panorama, podemos compreender que a intersecção entre marcadores sociais de gênero, raça e classe, assim como a localização geográfica do Sul do Mundo, confere à mulher latino-americana, terceiro-mundista, em destaque nesta pesquisa as mulheres negras, vivências diversas de violência e opressão, implicando na reprodução de sofrimentos, sintomas, diagnósticos distorcidos e da própria noção de loucura. Assim, reafirmamos a impossibilidade de lançar um olhar universalizante sobre as mulheres, haja vista que diferenças e conflitos de gênero não as atingem na mesma intensidade.

Consideramos ainda, ser importante, em uma perspectiva ética e política, demarcar nosso local de mulheres latino-americanas, pesquisadoras em uma universidade pública no sul do Brasil, brancas, de classes média e bissexuais. Vivenciamos privilégios pela nossa cor e classe, ao mesmo tempo em que somos afetadas pela nossa sexualidade localizada



socialmente como desviante. Ressaltamos, por fim, que apostamos na importância de desestabilizar e questionar discursos hegemônicos, e aqui nos propomos a exercitar o olhar para além da nossa posição privilegiada de branquitude e nos aproximar de algumas vozes que foram historicamente silenciadas.

Apresentamos as falas de Stella ao longo do texto, com o objetivo de dialogar com o debate teórico a partir dos saberes de quem, de fato, vivenciou na pele experiências de mortificação e tentativas de apagamento das singularidades, processos característicos dos espaços manicomiais (Ricardo AQUINO, 2001). Situar Stella, portanto, como detentora e produtora de conhecimentos, além de crítica perante o paradigma psiquiátrico.

O debate se articula em três momentos. Inicialmente, analisamos a loucura como dispositivo de ordenamento e controle da população, sendo este debate respaldado em parte das imagens de controle denunciadas na produção de Stella. Em seguida, problematizamos imagens de controle que se organizam a partir das produções coloniais de gênero e raça, sendo estas nomeadas nos poemas. Na continuidade, debatemos na obra modos possíveis de autodefinição que Stella sinaliza sobre si e sobre sua própria trajetória. Destacamos, por fim, sobre a importância da autodefinição no processo de reafirmação de pressupostos da reforma psiquiátrica, que situam os ditos “loucos” como sujeitos de enunciação e de direitos e não meramente objetos das intervenções psiquiátricas (MANIFESTO, 1987). Logo, ao se afirmar como sujeito de fala, Stella subverte prerrogativas instituídas nos regimes coloniais de saber, criando fissuras para suas palavras ecoarem.

1. A loucura como dispositivo de ordenamento e controle

A saúde mental é um campo plural e polissêmico, ao passo que diz respeito ao estado mental dos sujeitos e coletividades, instâncias altamente complexas (Paulo AMARANTE, 2007). No que tange ao tema da loucura, a discussão é ainda mais ampla, tendo em vista que o que se entende por loucura hoje é fruto de um longo processo histórico de transformações. Logo no início da obra de Stella (2001), percebemos um trecho que ilustra essa característica: *"Num hospício, lugar de maluco louco doido."*

Na Idade Média, por exemplo, a percepção social da loucura consistia em uma visão trágica, sendo esta inserida no universo de diferenças simbólicas e com múltiplos significados, como possessão demoníaca, endeusamento, comédia, tragédia, entre outros exemplos. Neste período, os/as ditos/as loucos/as ocupavam espaços diversos, ou seja, habitavam ruas, guetos, hospitais e prisões (Paulo AMARANTE, 2007), entretanto, os significados acerca desses sujeitos ainda não estavam balizados em conhecimentos científicos (Paulo AMARANTE, 1995).

Já a Idade Moderna é marcada pelo período em que ocorre uma transformação quanto ao entendimento da loucura, sendo situada como dispositivo oriundo da constituição da medicina e, mais especificamente, da psiquiatria, que lançam olhares científicos sobre esta, transformando-a em objeto de estudos e intervenção (Paulo AMARANTE, 1995). Nessa conjuntura, os novos hospitais psiquiátricos, locais de encarceramento e exclusão dos/as ditos/as loucos/as, passam a cumprir função política de ordenamento social (Paulo AMARANTE, 2007). Ilustrado na obra de Stella (2001), podemos compreender como a institucionalização funciona como estratégia de aprisionamento e objetificação:

(...) uma dona me botou pra dentro do Posto do Pronto Socorro (...) me deu um remédio, me fez um eletrochoque (...) chamou uma ambulância da assistência e disse “carreguem ela” mas não disse pra onde, ela achou que tinha o direito de me governar na hora (...) porque eu fiquei, de repente, de repente, eu fiquei sozinha (...) me trouxeram pra cá como indigente, sem família, vim pra cá (...) morando no hospital, sem ter ninguém por mim (...). (p.49)

Stella denuncia que a institucionalização vem permitindo ao saber médico efetivar processos de observação, investigação das patologias e classificação daqueles/as localizados/as como doentes, deste modo, o espaço hospitalar imprime vigilância e controle sobre os/as “desviantes”. Logo, consolidado o termo “alienado” para referir-se a figura do/da louco/a, a alienação mental era conceituada como um “distúrbio no âmbito das paixões, capaz de produzir desarmonia na mente e impossibilidade do indivíduo perceber a realidade” (Paulo Amarante, 2007, p. 30). Entre as falas de Stella é possível perceber essa postura de controle e normatização por parte do aparato psiquiátrico, em um momento de seu texto em que ela afirma: “(...) é dito: pelo chão você não pode ficar/ Porque lugar de cabeça é na cabeça.” (Stela do PATROCÍNIO, 2001. p. 52).



Nesse contexto, o/a dito/a louco/a era representado/a como um perigo à sociedade, já que passou a ser entendido/a como fora de si, como sujeito sem controle de suas próprias vontades e desejos. Tal pensamento contribuiu também para produção social de medo e discriminação para com as pessoas categorizadas dessa forma. (Paulo AMARANTE, 2007). Partindo do pressuposto de periculosidade, a institucionalização e o isolamento em manicômios eram vistos como essenciais e “justificáveis”, sendo localizados como os únicos meios de tratamento para os/as entendidos/as como alienados/as, além de serem consideradas estratégias de proteção da sociedade. Esse excesso de tutela, sustentada pela imagem de “perigosa”, também é percebido entre as falas de Stella, quando a poeta denuncia: *“Eu sou seguida acompanhada imitada assemelhada/ Tomada conta fiscalizada examinada revistada”* (Stela do PATROCÍNIO, 2001. p. 63).

Logo, o tratamento proposto era (é) moral, requeria ordem, disciplina e pretendia reeducar a mente, impondo princípios e valores às/aos alienadas/os em conluio a lógica do sistema capitalista, como, por exemplo, a “virtude do trabalho” como modo eficiente para reeducação das paixões incontroláveis (Paulo AMARANTE, 2007, p.33). Logo, as/os desviantes da “normalidade”, as/os loucas/os, são interditados de sua condição de cidadania, são retiradas/os compulsoriamente dos espaços de circulação nas cidades e do acesso a direitos, sejam estes jurídicos, políticos e/ou civis (Paulo AMARANTE, 1996). Stella do Patrocínio também diz sobre o processo doloroso da exclusão, encarceramento e localização como “louca”: *“Estar internada é ficar todo dia presa/ Eu não posso sair, não deixam eu passar pelo portão/ (...) Eu estou aqui há vinte e cinco anos ou mais (...)”* (Stela do Patrocínio, 2001. p. 55).

Dado o panorama apresentado, entendemos que loucura passa a se configurar, portanto, como um dispositivo colonial de controle e opressão, classificando a população de modo binário entre aqueles considerados/as sujeitos, humanos/as e normais, bem como aqueles demarcados como objetos, alienados/as e selvagens. Quanto ao processo de objetificação, a qual Stella também foi submetida dentro do hospital psiquiátrico, diz respeito a tentativa de apagamento da sua condição de sujeito e de suas necessidades/demandas, o que fica evidente em seu poema, no trecho: *“Eu já não tenho mais voz/ Porque já falei tudo o que*

“tinha que falar/ Falo, falo, falo, falo o tempo todo/ E é como se eu não tivesse falado nada”
(Stela do PATROCÍNIO, 2001. p. 142).

O debate sobre a loucura como dispositivo de ordenamento, classificação e controle da população está, necessariamente, relacionado a noções de normalidade e anormalidades que são constituídas em intersecção às perspectivas de classe, raça e gênero. Destaca-se que, na modernidade, noções binárias de gênero e de raça foram produzidas para justificar processos de colonização de determinados povos (Oyèrónké OYEWÙMÌ, 2004). Assim, perspectivas de humanidade, civilização, normalidade e complexidade estiveram amplamente associadas às representações dos colonizadores, mais especificamente as populações do norte global, enquanto os povos originários (colonizados) foram demarcados como subalternos, selvagens, anormais e perigosos. Este é o debate que articulamos a seguir.

2. Gênero e raça como produções coloniais

As perspectivas binárias de gênero e raça são produções coloniais, sendo essas articuladas a partir da modernidade, período marcado pela “expansão” da Europa Ocidental, estabelecimento de uma cultura hegemônica euro-americana e emergência do capitalismo. Outras características da modernidade têm relação com a constituição e circulação de saberes científicos sobre os sujeitos, sociedades e culturas, bem como sobre a organização da população em categorias classificatórias e hierarquizantes, constituídas também a partir de noções de classe (Oyèrónké OYEWÙMÌ, 2004).

Fruto dessas “expansões” culturais, e sendo a Europa localizada como fonte “autêntica” e “legítima” do conhecimento (Oyèrónké OYEWÙMÌ, 2004), emerge uma série de discursos sobre modos de existência que são localizados como normais/humanos/superiores ou desviantes/não humanos/inferiores. Esses processos de classificação e desenvolvimento desigual têm por consequência a formação de perspectivas de subalternização que, no contexto global, incluem territórios como, por exemplo, a América Latina e a África. No caso do Brasil, estas perspectivas reverberam de modo evidente no



lócus da mulher negra, a quem, não coincidentemente, está postulado os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, entre outros exemplos (Lélia GONZALEZ, 2020).

Na obra de Stella podemos observar essa desigualdade marcada ao citar sua condição precária de trabalho antes da internação, sendo que ressaltamos novamente que ela era uma mulher negra: “(...) *Sou profissional: lavo e passo/ engomo encero cozinho/ (...) Nessa família em que eu estou não ganho pagamento/ Não ganho ordenado/ Não posso comprar um guaraná uma coca-cola um maço de cigarros (...)*” (Stela do PATROCÍNIO, 2001. p 71-72).

Nessa conjuntura de subalternização, edifica-se um conjunto de representações hegemônicas e dissidentes acerca das mulheres relacionadas a lógicas patriarcais, binárias e capitalistas. Cria-se, então, um imaginário social hegemonicamente aceito, que correlaciona o feminino a noções de matrimônio, docilidade, maternidade, carinho, paciência, branquitude, cis⁶ e heterossexualidade (Juliana Agostinho COSTA; Rachel Gouveia PASSOS; Tathiana Meyre da Silva GOMES, 2017). Tais prerrogativas edificam uma suposta categoria universal de mulher, bem como uma posição de subordinação delas em relação aos homens, como suas propriedades particulares, o que vêm sendo amplamente questionado pelos movimentos feministas (Oyèrónké OYEWÙMÌ, 2004).

Partindo do pressuposto de que desigualdade de gênero nunca atingiu mulheres na mesma frequência e intensidade, questionamos criticamente a existência de uma categoria universal de mulher, tendo em vista, sobretudo, a localização subalterna de mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans, entre outras, na ordem global (Carla AKOTIERENE 2020). Partimos do pressuposto de que a negação da humanidade das mulheres colonizadas e escravizadas se engendrou a partir de lógicas binárias constituídas na modernidade ocidental, que as demarca como sujeito subalterno “por excelência”, seres desviantes, além de as posicionarem enquanto fêmeas ou espécies não humanas e selvagens. (Luciana BALLESTRIN, 2017; María LUGONES, 2014).

As imagens de controle de “não humanidade” e “selvagem” relacionadas à mulheres negras também estão presentes na obra de Stela sob duas formas: “*Antes era um macaco, à vontade,/ Depois passei a ser um cavalo/ Depois passei a ser um cachorro (...)*” (p. 114). Stella delata esses processos de processo de animalização e ainda sinaliza modos como os/as

⁶ A cisgeneridade consiste na identidade de gênero de pessoas que a “experiência interna” do seu gênero é correspondente ao “sexo atribuído” ao seu nascimento (Viviane Vergueiro, 2016).

ditos desviantes são submetidos a processos de normalização em instituições manicomiais: *“Se não tiver tratamento como fica/ Vira bicho/ Também vira animal se não tiver tratamento”* (Stela do PATROCÍNIO, 2001. p.152). Sua análise elucida o caráter higienista do aparato psiquiátrico no que tange à loucura, isto é, sem tratamento não é possível ser considerado “normal”, ou seja, humano.

Sendo assim, o domínio do homem branco europeu sobre a mulher colonizada se expandiu por diversas posições de poder, inclusive quando, a partir do aparato médico-psiquiátrico, diagnosticaram compulsoriamente como problema a “negra”, a “latino-americana”, as “lésbicas”, ignorando suas subjetividades e complexidades (Carla AKOTIRENE, 2020). Tais diagnósticos estiveram (estão) amplamente embasados em imagens de controle constituídas sobre essas mulheres, bem como na afirmação de uma noção universal de mulher correlacionado a branquitude e aos modos hegemônicos de vida do norte global, o que culminou em processos de classificação, vigilância e opressão para aquelas tidas socialmente como desviantes.

A autora Lélia Gonzalez (2020) analisa que essa tentativa de universalização da categoria mulher mascara uma realidade vivida em nosso país: a exclusão social da mulher negra, a quem, até hoje, resta os menores salários e os trabalhos informais e altamente precarizados. No apêndice do texto “Mulher Negra”, presente em seu livro “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020), encontramos uma carta-denúncia escrita no ano de 1984, pelo coletivo de mulheres negras Nzinga, que escancara essa condição ao afirmarem que:

(...) não podemos silenciar quanto à violência cotidiana de exploração econômica e da opressão racial a que estão expostas milhares de glórias marias, de lecyas, de aglaetes, de alziras e de reginas da vida. Do fundo do poço do seu anonimato - nas favelas, na periferia, nas prisões, nos manicômios, na prostituição, na “cozinha da madame”, nas frentes de trabalho nordestinas -, talvez nunca tenham ouvido falar de direito de cidadania, mas têm consciência do que significa ser mulher, negra e pobre, ou seja, viver acuada, à espreita do próximo golpe a ser recebido, vigiando-se e “saindo de cena” para não ser mais ferida do que já é quando se trata de diferentes agentes da exploração, da opressão e também da repressão. (Lélia GONZALEZ, 2020. p. 111).



Dados atuais, presentes no relatório da OXFAM (2022), confirmam a manutenção da desigualdade denunciada por Lélia. Desde o início da pandemia do vírus COVID-19, os riscos de contágio e ameaça de desemprego atingiram majoritariamente as mulheres negras, que eram obrigadas a circular pelas cidades, geralmente em transportes públicos lotados, independentemente das orientações sanitárias de isolamento. Ainda segundo o relatório, 41% das mulheres que conseguiram manter seus empregos durante esse período afirmaram que passaram a trabalhar mais, pois além da dupla jornada de trabalho pelo fato de elas exercerem os afazeres domésticos de suas casas, muitas ainda se depararam com a responsabilidade de auxiliar os filhos nos afazeres escolares e de lazer, tendo em vista o fechamento das escolas.

Na análise interseccional sobre gênero, raça e loucura, percebemos também discursos recorrentes que relacionam os homens à agressividade, inclusive desejável para a afirmação de sua virilidade (Valeska ZANELLO, 2017). Já em relação às mulheres, em destaque as brancas, o choro é tido como aceitável e até mesmo esperado, corroborando para a circulação de uma representação de feminino como frágil, dócil, passivo e emocional. Nesse sentido, mulheres que apresentam expressões de agressividade são mal-vistas, consideradas ameaçadoras e até mesmo “loucas” (Valeska ZANELLO, 2017).

Logo, noções de gênero balizam o que é considerado adequado ou inadequado a “homens” e a “mulheres”. Como exemplo disso, Valeska Zanello (2017, p.57) cita a manifestação do desejo sexual, aceito e entendido como “normal” aos homens, mas, no caso das mulheres, restrito à dimensão sexual-reprodutiva e ao pressuposto de passividade. Sintomas como, por exemplo, “falta de libido” são geralmente direcionados aos homens e “falta de prazer nas atividades domésticas” direcionados às mulheres.

Na obra de Stella essas noções são muito bem exemplificadas, no trecho “*Só depois da relação sexual é que eu posso carregar tudo pela língua e pela boca*” (Stela do PATROCÍNIO, 2001. p.100). A poeta fala de uma sexualidade, um desejo sexual, que não era permitido à mulher de sua época, e se o era, já dizia de algo que era representado como desviante, como expressão de mulher localizada como promíscua, ainda mais se não casada. No que tange a premissa do feminino relacionado a atividades domésticas, em um diálogo ela se posiciona: “*Não tenho vontade de lavar e cozinhar, porque eu não suporto mais, não gosto mais*” (Stela do PATROCÍNIO, 2001. p.148 - 149). Neste trecho, ela também se mostra

resistente ao padrão que lhe era imposto, indo de encontro com parte dos sintomas citados no parágrafo acima, que correlacionam esta falta de desejo à expressão de “anormalidade” ou até mesmo de um adoecimento.

Destaca-se, ainda, que condições estressoras relacionadas aos homens são geralmente associadas a sustento financeiro e trabalho, sendo as mulheres filiadas ao cuidado dos filhos e da família, junção que, inclusive, invisibiliza a condição de muitas mulheres, sobretudo negras e residentes de regiões periféricas, como as únicas responsáveis pelo sustento da casa, as ditas “chefes de família” na ausência de maridos. (Lélia GONZALEZ, 2020). Stella também se pronuncia quanto a essa questão: *“Eles disseram para mim/ Você não pode passar sem um homem/ Sem mulher sem criança sem os bichos sem os animais”* (Stela do PATROCÍNIO, 2001. p.98), o que ilustra o agenciamento da noção de feminino às figuras de um marido e filhos, sendo “anormal” não os desejar.

Dessa forma é possível compreender como a produção colonial/binária de gênero está, necessariamente, também articulada a noções de loucura edificadas pela psiquiatria moderna, permitindo a generificação de certos sintomas, desde a sua formação, até a descrição do transtorno (Valeska ZANELLO, 2017). Sobre esse recorte de gênero no campo da saúde mental, a autora Valeska ZANELLO (2017) discorre ainda sobre o fato de alguns sintomas eleitos nos manuais de diagnósticos como DSM e CID serem gendrados, ou seja, a atribuição de “normalidade” ou “desvio” destes têm relação com pressupostos cisheteronormativos, sendo que acrescentamos nessa equação também marcadores sociais de raça, classe, geracionais, entre outros.

Assim, ressaltamos que noções socialmente construídas de loucura trazem impactos na vida de todos os sujeitos, mas é necessário problematizar maneiras como a psiquiatria tradicional se mostra, por vezes, conivente e reprodutora de interesses patriarcais, capitalistas e de supremacia branca, tomando como embasamento científico teorias que fazem circular, muitas vezes, premissas racistas, classistas e/ou heteronormativas (Juliana Agostinho COSTA; Rachel Gouveia PASSOS; Tathiana Meyre da Silva GOMES, 2017).

Tais regimes das verdades psiquiátricas eram - e, em grande medida, ainda são - utilizados como instrumentos de repressão a sujeitos considerados socialmente como



indesejáveis, controlando corpos de mulheres pobres, negras, bissexuais, lésbicas, trans, entre outras. São notáveis os efeitos dessa engrenagem na vida de mulheres que foram localizadas como loucas, sobretudo mulheres negras, como as filhas que perdiam a virgindade ou engravidavam antes do casamento, que questionavam às ordens do pai e/ou marido, aquelas que queriam ser donas de sua própria vida, as que reivindicavam salários iguais aos dos homens, as tristes demais, as felizes demais (Daniela Arbex, 2019).

Ou seja, mulheres que apresentassem discursos e/ou práticas dissonantes à ordem dos gêneros estavam geralmente circunscritas ao dispositivo da loucura (Daniela ARBEX, 2019). Encontramos aqui também uma similaridade com a fala de Stella do Patrocínio (2001), ao afirmar a ausência de doença quando foi internada: *“Estava com muita saúde/ Me adoeceram/ Me internaram no hospital/ E me deixaram internada/ E agora eu vivo no hospital como doente”* (Stela do PATROCÍNIO, 2001, p. 51). Esse trecho elucida a complexidade do que é considerado normalidade e anormalidade na sociedade ocidental, e permite questionarmos os processos de patologização e medicalização de Stella, e de tantas outras mulheres por simplesmente apresentarem modos de existências dissidentes as normas colonizadoras pré-estabelecidas.

A circulação de noções presentes na vida em sociedade e que circunscrevem mulheres negras como selvagens, incivilizadas, anormais, mercadorias e perigosas, portanto, vem historicamente “justificando” que muitas tenham sido localizadas como “loucas” e internadas em hospitais psiquiátricos. Entretanto, em diálogo com Michel Foucault (2019) e Patrícia Hill Collins (2019), partimos do pressuposto de que essas mulheres não são seres passivos e que têm capacidade de agência, de mobilização, afinal, “lá onde há poder há resistência” (Foucault, 2019, p. 104). No que se refere mais especificamente ao debate sobre imagens de controle, Patrícia localiza a autodefinição como um modo de resistência, sendo este o debate que articulamos a seguir.

3. Stella fala

O mergulho na obra de Stella implica em uma busca por vozes próprias para expressar o ponto de vista coletivo e autodefinido desde as mulheres negras, processo que se articula

como resistência perante imagens de controle que, ainda que parcialmente, invisibilizam e silenciam essas mulheres, sendo esta uma das reivindicações centrais do pensamento feminista negro.

Para tanto, as mulheres devem ter autonomia e liberdade para criar, entender e nomear seus próprios modos de existência e expressão, partindo da compreensão de que suas vidas foram intensamente atravessadas por opressões interseccionais. Tal possibilidade se articula a partir da perspectiva de subversão de processos de silenciamento e atribuição de imagens de controle impostas a populações situadas na ordem global como subalternas, por meio da demarcação de seus próprios conhecimentos autodefinidos. Como exemplo, destacamos as instituições comunitárias de origem e cultura afro, independente do país que estejam, como espaços supostamente seguros e livres para ocorrer essa autodefinição, já que promovem combates e resistências à parte das ideologias dominantes, por meio de processos que implicam em partilhas de saberes entre mulheres negras (Patricia Hill COLLINS, 2019).

No caso do Brasil, reconhecemos essas organizações e movimentos de resistência nas religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, nas letras de música de Elza Soares, Bia Ferreira, Linn da Quebrada e outras tantXs artistXs que tensionam privilégios no campo da indústria cultural, bem como em autoras como Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Conceição Evaristo, entre outrXs, que possibilitam exercícios de desobediências epistêmicas aos cânones acadêmicos. Destacamos, ainda, a importância de movimentos de resistência negra, materializados em coletivos organizados, rodas de capoeira, rodas de samba, entre outras expressões de luta e arte. Logo, compreende-se que esses modos coletivos de interagir e comunicar possuem importância na tecitura de estratégias de resistência, já que anos de história mostram que a sobrevivência dessa população dependeu de sua união (Patricia Hill COLLINS, 2019).

A obra de Stella se soma a outras vozes de mulheres subalternizadas no Brasil, demarcando um caráter de união das lutas e demandas coletivas. Como exemplo, ressaltamos o trecho “*Eu não sou da casa, não sou da família/ Não sou do ar*” (Stella do PATROCÍNIO, 2001, p. 91), que remete a uma condição feminina circunscrita ao contexto doméstico e familiar, ou seja, ao dever de servir, sendo que as mulheres que articulam modos de existência



dissonantes ao investimento/desejo de afirmar tais prerrogativas são amplamente criticadas e localizadas como desviantes. Nesta posição falta ar.

Logo, apostamos que a produção de Stella estabelece uma cumplicidade subversiva a outras obras de mulheres negras brasileiras, como a de Carolina Maria de Jesus, escritora, faxineira e catadora de papel, sendo uma dessas vozes que, no país, expõe o cotidiano desigual da vida na favela. Em seu livro “Quarto de Despejo” (1960), a autora conta, por meio de sua escrita sensível, parte do que viveu e sentiu durante os anos que morou na favela do Canindé em São Paulo, criando seus três filhos sozinha e sendo exposta às mais variadas expressões de desproteções e violências.

Nesse sentido, obras como de Stella e Carolina se afirmam como modos de coletivizar suas lutas e de subverter regimes coloniais de saber que demarcam suas existências desde premissas de subalternidade, articulando caminhos potentes para que elas mesmas se autodefinam. Estamira também é importante neste debate, como mulher negra, brasileira e que questiona sistemas de opressão. Ela residia e trabalhava no aterro sanitário Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, sendo que no documentário que leva o seu nome e conta a sua história, dirigido por Marcos Prado e produzido por José Padilha, fica evidente a sua potência em refletir sobre questões existenciais e sociais a partir de sua lucidez e loucura (Marcos PRADO; José PADILHA, 2004).

Em seu livro, Patricia Hill Collins cita Audre Lorde, escritora negra estadunidense, ao afirmar que a expressão da voz individual é muito importante para a automeação no contexto da coletividade das mulheres negras, sendo que muitas consideravam catártica essa forma de expressão, atribuindo-lhe o sentimento de estarem se rebelando, guerrilhas de vozes, saberes. Stella do Patrocínio articula um movimento de aliança com o pensamento de Audre Lorde, ao promulgar em alto tom, e de modo insistente, seus modos críticos de pensar e vivenciar uma instituição fechada como o hospital colônia de Juliano Moreira. Das gravações de suas narrativas, que foram transcritas e compõem seu livro, é notável sua potência enquanto sujeito que fala sobre si e sobre suas experiências, questionando regimes de enunciação edificados historicamente nos processos de colonialidade do saber (Ramón GROSGUÉL, 2016).

Deste modo, consideramos que a poética de Stella estabelece uma cumplicidade subversiva a saberes que questionam “privilégios epistêmicos” (Ramón Grosfoguel, 2016) e que restringem a produção de conhecimentos a saberes eurocentrados, articulados geralmente por homens brancos ocidentais, organizados em um sistema mundo colonial que engendra um controle epistêmico e político da vida.

“*O futuro que eu queria/ Ser feliz/ E encontrar a felicidade sempre/ E não perder nunca o gosto de estar gostando*” (Stella do PATROCÍNIO, 2001. p. 73). Stella anuncia a potência em sustentar uma vida que também se afirme desejanter, produzindo brechas, fissuras, grietas para sua criatividade e criticidade circular. Produz conhecimentos situados a partir de sua condição subalterna de mulher negra e de suas vivências atravessadas pelas violências coloniais e institucionais (Bruna BATTISTELLI; Érika OLIVEIRA, 2021), subvertendo regimes normativos de enunciação.

Em diversos momentos de sua produção, Stella anuncia a importância da oralidade e da autodefinição como um modo de presentificar de forma crítica sua trajetória no hospital psiquiátrico e subverter a posição de passividade que o modelo psiquiátrico a impõe: “*Me transformei com esse falatório todinho/(...)Tenho muito assunto muito falatório*” (Stella do PATROCÍNIO, 2001, p.139). Ela desassossega uma estrutura manicomial que opera por meio de processos de “mortificação do eu” (Irving GOFFMAN, 1974), de tentativa de aniquilamento das subjetividades.

Glória Anzaldúa, escritora mexicana, também reivindica automeção como *mestiza*, em meio a uma matriz colonial de poder que se articula numa tentativa de apagamento das línguas, saberes e modos plurais de existência de mulheres latino-americanas: “*Eu não vou mais sentir vergonha de existir. Eu vou ter a minha voz: indígena, espanhola, branca (...) minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição do silêncio.*” (Gloria ANZALDÚA, 2009. p.312). Este posicionamento da autora, de romper radicalmente com o modo como é situada nos regimes de colonialidade linguística e do saber, está também presente na obra de Stella. Ao dizer de si no contexto de uma instituição total, ela desestabiliza parâmetros regulatórios manicomiais ao afirmar sua língua insubmissa.



A noção de guerrilha linguística nos remete à imagem de um campo de forças, em que pressupostos científicos articulados nas geografias binárias da colonialidade do saber, construídos em referência a experiências brancas, masculinas e eurocentradas, coexistem com saberes bordados por línguas *mestizas* indomáveis, que reivindicam se desvencilhar dos parâmetros coloniais e a fazer dançar modos decoloniais de pensar, de sentir, de educar e de cuidar.

Línguas *mestizas* são tecidas nas fronteiras entre territórios, como produções interseccionais, “nem águia[s] nem serpente[s], mas as duas” (Glória ANZALDÚA, 2009, p. 315). Como sobreviventes, as línguas “selvagens” convocam a transcender as dualidades do pensamento, a traçar rotas inusitadas, a agir ao invés de reagir. Ao reivindicar a reinterpretação da história a partir de novos símbolos e mitos, nos faz questionar sobre modos outros de vivenciar, que nos desloquem das posições “privilegiadas” onde estamos e a indagar sobre fissuras possíveis nas matrizes do CISTema.

Stella afirma uma posição *mestiza* possível para si, se deslocando da referência e do ponto de vista do outro que a objetifica. Seus movimentos e narrativas permitem, ainda que parcialmente, que ela crie rotas de fuga, que afirme sua humanidade em uma instituição total. Ao dizer de sua existência, a autora afirma: “*Não sou dos animais. Sou de Deus/ Um anjo bom que Deus fez/ para sua glória e serviço*” (Stela do PATROCÍNIO, 2001. p. 91).

Ao reivindicar singularidade poética dentro dos muros do manicômio, Stella cria fissuras nas paredes simbólicas e de concreto instituídas. Responde de modo insubmisso a uma sociedade que a exclui e a subalterniza por ser mulher, por ser negra, por ser solteira, por ser poeta, por não ser mãe, por transitar de modo desviante das premissas de “normalidade” demarcadas em uma perspectiva colonial heteronormativa. Logo, assim como analisa Anna Carolina Zacarias (2020), ouvir Stella se presentifica como um modo de somar a luta antimanicomial, aos movimentos feminista e negro, a luta contra violências estatais cotidianas em um país racista, honrar a memória de inúmeras sujeitas que vêm sendo sistematicamente aprisionadas pelo poder público, pois “quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar” (Ailton KRENAK, 2019, p.28).

Inspirações Provisórias

Por fim, como inspirações provisórias, enfatizamos a importância dos processos de autodefinição como estratégias de resistência a opressões estruturais edificadas em imagens de controle que circulam no contexto brasileiro. Tais movimentos implicam em processos singulares e coletivos de produção de saúde em cenários manicomiais pautados em dispositivos de controle. Além disso, ressaltamos a necessidade de coletivizar e interseccionalizar as lutas e demandas sociais, tendo em vista que as avenidas identitárias se inter cruzam na produção de modos de subjetivação plurais e desiguais. Nesta perspectiva, a luta pela saúde mental e antimanicomial deve se entrecruzar com pautas feministas e antirracistas, bem como com saberes articulados desde o sul global e, mais especificamente, no contexto latino-americano, na tentativa de subverter leituras individualizantes do sofrimento psíquico e promover análises e ações críticas, coletivas e localizadas.

Consideramos a luta antimanicomial também como movimento que se tece em aliança a perspectiva de automeação, partindo do entendimento de que as/os tidas/os como desviantes de uma suposta normalidade passaram a ocupar o seu espaço de fala, expondo as violações pelas quais eram submetidos e exigindo mudanças ideológicas, físicas, estruturais e sociais no paradigma manicomial. Tendo em vista a conjuntura política atual no Brasil, de constantes ataques às conquistas alcançadas no processo de reforma psiquiátrica, essa pesquisa reafirma um compromisso antimanicomial intransigente, afinal,

o manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida. (Manifesto de Bauru, 1987, pg 1).

Escutar saberes que se articulam nas fissuras conquistadas por Stella é comungar desses espaços de luta, buscar no coletivo a sabedoria de conhecimentos subalternizados e/ou silenciados nos regimes coloniais de poder. Afirmamos, portanto, a importância de sustentarmos guerrilhas linguísticas nas artes, na educação, no cuidado em saúde e na vida, que produzam deslocamentos e inversões nas relações de interpelação. Experimentar a produção de saberes a partir da noção de nós, como coletividade que questiona o viés



(eu)rocentrado. O Nós que não é uma pluralidade de eus, mas sim uma postura estética, ética e política, um processo de criação de modos inventivos de existir e de circular que se tecem em perspectivas poéticas, comunitárias, radicalmente desobedientes.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela Vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. **O Homem e a Serpente: Outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- ANZALDÚA, G. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, no 39, p. 297-309, 2009.
- AQUINO, Ricardo. Estrela. In: PATROCÍNIO, Stela do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001. p. 13-17.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospital psiquiátrico do Brasil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2017, v. 25, n. 3 [Acessado 18 Julho 2022], pp. 1035-1054. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>>. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>.
- BATTISTELLI, Bruna Moraes; OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. CARTAS: um exercício de cumplicidade subversiva para a escrita acadêmica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 2, p. 679-701, maio/ago 2021.
- BRAGÉ, Émilly Giacomelli et al. Perfil de internações psiquiátricas femininas: uma análise crítica. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria** [online]. 2020, v. 69, n. 3 [Acessado 22 Novembro 2021], pp. 165-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0047-2085000000275>>. Epub 24 Jun 2020. ISSN 1982-0208. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000275>.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, Juliana Agostinho; PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva. Além do aparente: problematizações sobre generificação das relações a partir de um grupo de mulheres. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Autografia, p. 146 – 168, 2017.



- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5. Ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2019. GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flavia Rios & Marcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GROSGOUEL, Ramón. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. V. 31, N. 1, Jan/abr, 2016.
- HIANY, N.; VIEIRA, M. A.; GUSMÃO, R. O.; BARBOSA, S. Perfil Epidemiológico dos Transtornos Mentais na População Adulta no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 86, n. 24, 4 abr. 2020.
- KRENAK, Ailton. (2019). **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas** [online] 2014. v. 22, n. 3. [Acessado 18 de maio 2022], pp. 935-952. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>>. Epub 28 Nov 2014. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.
- MANIFESTO DE BAURU. II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. Bauru, 1987.
- MEDEIROS, M. P. **A (in)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental**. Tese (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, p. 92. 2016.
- MOSÉ, Viviane. Apresentação. In: PATROCÍNIO, Stela do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001. p. 19-43.
- OXFAM. Mulheres negras e pandemia: reflexões sobre raça e gênero. In: **OXFAM Brasil**. 08/10/2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-e-pandemia/>
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.
- PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. Luta Antimanicomial, Feminismos e Interseccionalidades: notas para o debate. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Autografia, p. 25 – 51, 2017.
- PATROCÍNIO, Stela do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001
- PRADO, Marcos (Director); PADILHA, José (Producer). (2004). *Estamira*. [Retrieved from: <https://globoplay.globo.com/estamira/t/P8Lx68tx65/>]



VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.

WADI, Yonissa Marmitt. Experiências de vida, experiências de loucura: algumas histórias sobre mulheres internas no Hospício São Pedro (Porto Alegre, RS, 1884-1923). In: **Revista História Unisinos**. V.10 n.1, 2006: Janeiro/Abril. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6171>>.

ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, Gênero e Interseccionalidade. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Autografia, p. 52 – 69, 2017.

ZACARIAS, Anna Carolina. Stella do Patrocínio, ou o retorno de quem sempre esteve aqui. **Revista Cult**, 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/stella-do-patrocinio-retorno-sempre-esteve-aqui/>. Acesso em: 23 junho de 2022.



Dossiê



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 02 de setembro de 2022.
Artigo aprovado para publicação em: 05 de dezembro de 2022.